



MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE
PLEITOS DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS
ADMINISTRADOS PELA SUDENE

Versão Atualizada

31-maio-2013

MIBF
nov'2010

Recife, 25 de novembro de 2010.

SUMÁRIO	Página
I – Apresentação	3
II – Roteiro para elaboração de pleitos de isenção/redução fixa de 75% do IRPJ	3
2. A quem se destina	3
2.1. Das pré-condições ao direito do incentivo fiscal	3
2.2. Dos critérios para admissibilidade dos projetos	3
2.3. Da formalização do pleito	4
2.4. Da documentação básica necessária para formalização do pleito	4
2.5. Da documentação complementar para análise do pleito	6
2.6. Do fluxo para obtenção do incentivo fiscal	6
2.7. Do início de fruição do benefício fiscal	6
2.8. Aspectos Gerais	7
III – Roteiro para elaboração de pleitos de redução escalonada do IRPJ	8
3. A quem se destina	8
3.1. Das pré-condições ao direito do incentivo fiscal	8
3.2. Da formalização do pleito	8
3.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito	8
3.4. Da documentação complementar para análise do pleito	9
3.5. Do fluxo para obtenção do incentivo fiscal	9
3.6. Do início de fruição do benefício fiscal	10
3.7. Aspectos Gerais	10
IV – Roteiro para elaboração de pleitos de reinvestimento do IRPJ	11
4. A quem se destina	11
4.1. Das pré-condições ao direito do incentivo fiscal	11
4.2. Da formalização do pleito	11
4.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito	11
4.4. Da documentação complementar para análise do pleito	12
4.5. Do fluxo para obtenção do incentivo fiscal	12
4.6. Das informações sobre os depósitos efetuados no BNB	13
4.7. Aspectos Gerais	13
V – Roteiro para elaboração de pleitos de depreciação acelerada incentivada e do desconto da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS	15
5. A quem se destina	15
5.1. Das pré-condições ao direito do benefício fiscal	15
5.2. Da formalização do pleito	15
5.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito	15
5.4. Da documentação complementar para análise do pleito	16
5.5. Do fluxo para obtenção do benefício fiscal	16
5.6. Do início de fruição do benefício fiscal	16
5.7. Aspectos Gerais	17
VI – Roteiro para elaboração de pleitos de isenção do AFRMM	18
6. A quem se destina	18
6.1. Das pré-condições ao direito do benefício fiscal	18
6.2. Da formalização do pleito	18
6.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito	18
6.4. Da documentação complementar para análise do pleito	19
6.5. Do fluxo para obtenção do benefício fiscal	19
6.6. Do período de vigência do benefício fiscal	20
6.7. Aspectos Gerais	20
VII – Publicidade dos incentivos e benefícios fiscais recebidos	21
VIII – Disposições Gerais	21
IX – Formulários	22

I – Apresentação

1. Este Manual é parte integrante da [Resolução SUDENE no 38, de 25 de novembro de 2010](#) e objetiva disciplinar a elaboração de pleitos de incentivos e benefícios fiscais, em consonância com a regulamentação vigente.

II – Roteiro para elaboração de pleitos de Isenção/Redução Fixa de 75% do IRPJ. (artigo 13 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

2. A quem se destina

Beneficia as pessoas jurídicas titulares de projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos, protocolizados e aprovados até 31/12/2018, com a isenção/redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto, inclusive adicionais não-restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos.

2.1. Das pré-condições ao direito do incentivo fiscal de Isenção/Redução de 75% do IRPJ

- a) A unidade produtora objeto do incentivo deve estar localizada e em operação na área de atuação da SUDENE;
- b) As atividades do empreendimento objeto do incentivo devem pertencer aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme definido no Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002.
- c) Exclusivamente para o direito de isenção do IRPJ, as atividades do empreendimento objeto do incentivo, limitar-se-á a fabricação de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital.
- d) A pessoa jurídica titular do empreendimento deve ser optante da tributação com base no lucro real, para efeito de fruição do benefício fiscal.

2.2. Dos critérios para admissibilidade dos projetos

- a) **Projeto de Implantação:** este tipo de projeto só será admitido quando o empreendimento atingir uma produção efetiva superior a 20% de sua capacidade real instalada.
- b) **Projeto de Diversificação:** este tipo de projeto só será admitido quando a linha de produção diversificada atingir uma produção efetiva superior a 20% de sua capacidade real instalada;
- c) **Projeto de Modernização Total:** este tipo de projeto só será admitido quando a linha de produção modernizada atingir uma produção efetiva superior a 20% da nova capacidade real instalada;
- d) **Projeto de Modernização Parcial ou Ampliação:** Estes dois tipos de projetos possuem as mesmas condições para admissibilidade. Eles precisam atender duas condições:

A primeira é que a capacidade real instalada da linha de produção deve ser incrementada em, no mínimo, 20% para empreendimentos de infraestrutura (energia, telecomunicações, transportes, abastecimento de água, produção de gás e instalação de gasodutos, e esgotamento sanitário) ou empreendimentos estruturadores (conforme definição disposta no Decreto nº 6.539/2008, art. 4º, §3º). Para os demais empreendimentos, o incremento da capacidade real instalada deve ser de, no mínimo, 50%.

A segunda condição a ser atendida é que a produção efetiva atual deve esgotar a capacidade instalada anterior e atingir uma produção superior a 20 % da capacidade incrementada;

2.3. Da formalização do pleito

Os formulários relacionados neste subitem constituem elementos obrigatórios quando da protocolização e formalização do pleito à SUDENE. Para que sejam considerados válidos, todos os formulários devem conter a assinatura do representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O pleito deve ser instruído com os formulários devidamente preenchidos, observadas a ordem abaixo relacionada e a documentação básica a ser anexada, conforme disposto no subitem 2.4.

- a) **Requerimento:** O requerimento deve ser elaborado conforme o modelo apresentado no Formulário **1A**, disponível neste Manual, para todos os projetos objeto da isenção/redução de 75% do IRPJ. O Formulário **1A** deve ser, preferencialmente, utilizado como requerimento, desde que adequadamente preenchido;
- b) **Cadastro do Empreendimento:** A empresa requerente deve preencher as informações cadastrais constantes dos Formulários **2A**, **2B** e **2C**, para todos os projetos objeto da isenção/redução de 75% do IRPJ;
- c) **Caracterização do Pleito:** Para identificação do tipo de projeto e fornecimento das demais informações necessárias à caracterização do pleito, a empresa requerente deve preencher o Formulário **3A**, para todos os projetos objeto da isenção/redução de 75% do IRPJ;
- d) **Documentação apresentada para protocolização do pleito:** A empresa requerente deve preencher o Formulário **4A**, com o objetivo de relacionar toda a documentação apresentada quando da protocolização do pleito. Assim sendo, deve constar desta relação os formulários acima definidos, alíneas "a", "b" e "c", como também, a documentação básica necessária para formalização do pleito prevista no subitem 2.4. deste Manual.

2.4. Da documentação básica necessária para formalização do pleito

2.4.1. **Para todos os projetos objeto da isenção/redução de 75% do IRPJ:** Deverá estar anexada ao pleito, quando da sua protocolização, a seguinte documentação básica necessária à formalização:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, referente à pessoa jurídica objeto do incentivo;
- d) Certidão do IBGE, referente à unidade produtora objeto do incentivo, comprovando que a empresa está em dia com as informações estatísticas (Decreto 64.214/69, art. 7º, inciso IV);
- e) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento e da unidade produtora objeto do incentivo;
- f) Portaria de Lavra, emitida pelo Ministério de Minas e Energia, quando se tratar de empreendimento de extração de minérios ou água mineral. (cópia legível e autenticada);
- g) Outorga de direito de uso da água, emitida por Órgão competente, quando se tratar de empreendimento de agricultura irrigada. (cópia legível e autenticada);
- h) Estatuto/Contrato de Constituição/Registro Individual, conforme o caso, contendo o número e a data do registro na Junta Comercial. (cópia legível e autenticada);
- i) Atas/alterações/aditivos/consolidações (cópia legível e autenticada), onde constem alterações de: razão social, de endereço e dos objetivos da empresa; eleição da diretoria; criação e fechamento de filiais; transferências; transformações do tipo de sociedade; aumento de capital; incorporação; fusão; cisão; consolidação estatutária, entre outras.
- j) Notas fiscais das máquinas e equipamentos necessários ao processo produtivo objeto do incentivo (Cópia legível e autenticada).
- k) Contratos e/ou notas fiscais, referentes à contratação de serviços necessários ao processo produtivo/operacional do empreendimento. (Cópia legível e autenticada);
- l) Balanços contábeis, assinados pelo contador e pelo representante da empresa, referentes aos três últimos anos, ou de abertura (quando for o caso). O balanço também pode ser fornecido mediante cópia de sua publicação em Diário Oficial;

- m) Declaração que comprove que o empreendimento objeto do incentivo se encontra em funcionamento e que se dedica às atividades para as quais solicita o benefício fiscal, citando os produtos/serviços produzidos (cópia legível e autenticada). Dependendo do tipo de empreendimento, esta declaração poderá ser fornecida por: Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, ANEEL, ANATEL, ANA, EMBRATUR, entre outras;
- n) Licença de Operação – LO (cópia legível e autenticada), emitida por órgão ambiental competente, para as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental relacionados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 19.12.1997. Se a LO estiver vencida, a SUDENE aceitará justificativa, assinada por representante legal da empresa, devidamente acompanhada da documentação que comprove que a renovação da Licença de Operação ainda está em análise pelo órgão ambiental competente e que o requerimento à sua renovação foi feito com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade (§ 4º do art. 18 da Resolução CONAMA nº 237);
- o) Procuração atualizada e com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador do empreendimento;
- p) Declaração de Regularidade de Benefícios Fiscais (cópia), emitida pela SUDENE, comprovando que o empreendimento encontra-se em situação regular quanto às exigências previstas no art. 9º do Decreto 64.214/69, referente aos benefícios fiscais usufruídos (para empresas que gozam de incentivos fiscais de isenção e/ou redução).

2.4.2. Para Projeto de Implantação ou Diversificação: Em projetos de implantação ou diversificação, a empresa requerente deve adicionar à documentação básica prevista no subitem anterior, a seguinte documentação:

- a) Descrição detalhada do processo produtivo, discriminando os investimentos em máquinas, equipamentos, tecnologia, entre outros. Deve, ainda, constar desta documentação: o "Layout" da área de produção e a memória de cálculo da capacidade real instalada de cada produto/serviço objeto do incentivo. Esta documentação deve ser assinada por representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O referido representante deve rubricar todas as páginas que compõem esta documentação;
- b) Cópia legível e autenticada das primeiras notas fiscais de venda de cada produto/serviço objeto de incentivo (máximo de dez notas por produto/serviço).

2.4.3. Para Projeto de Modernização Parcial ou Modernização Total: Em projetos de modernização parcial ou modernização total, a empresa requerente deve adicionar à documentação básica prevista no subitem 2.4.1, a seguinte documentação:

- a) Descrição detalhada do processo produtivo antes e após a modernização, discriminando as ações e intervenções realizadas, os investimentos em máquinas, equipamentos e tecnologias, conforme o caso, que justifiquem a modernização. Deve, ainda, constar desta documentação: o "Layout" da área de produção anterior e atual, histórico do processo de modernização, contextualizando e delimitando o início e o término do processo, assim como, a memória de cálculo da capacidade real instalada de cada produto/serviço objeto do incentivo. Esta documentação deve ser assinada por representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O referido representante deve rubricar todas as páginas que compõem esta documentação;
- b) Cópia legível e autenticada das notas fiscais de venda dos equipamentos sucateados, documentos comprobatórios de baixa do imobilizado, relação dos equipamentos sucateados/desativados em posse da empresa ou relatório que justifique a ausência do sucateamento/desativação.

2.4.4. Para Projeto de Ampliação: Em projetos de ampliação, a empresa requerente deve adicionar à documentação básica prevista no subitem 2.4.1, a seguinte documentação:

- a) Descrição detalhada do processo produtivo antes e após a ampliação, discriminando as ações e intervenções realizadas, os investimentos em máquinas, equipamentos e tecnologias, conforme o caso, que justifiquem a ampliação. Deve, ainda, constar desta documentação: o "Layout" da área de produção anterior e atual, histórico do processo de ampliação, contextualizando e delimitando o início e o término do processo, assim como, a memória de cálculo da capacidade real instalada de cada produto/serviço objeto do incentivo. Esta documentação deve ser assinada por representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O referido representante deve rubricar todas as páginas que compõem esta documentação.

2.5. Da documentação complementar para análise do pleito

A documentação prevista no subitem anterior representa a documentação básica (mínima) necessária à formalização do pleito do Incentivo Fiscal. Uma documentação complementar poderá ser exigida durante a fase de análise do pleito ou vistoria do empreendimento e, neste caso, a empresa requerente terá um prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da formalização da exigência, para realizar o atendimento. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30(trinta) dias se o pedido for formalizado e devidamente justificado, dentro do prazo inicialmente concedido. Havendo intempestividade na entrega da documentação complementar exigida, a SUDENE procederá ao imediato arquivamento do pleito e comunicará formalmente o fato, devidamente justificado, à empresa requerente. Os benefícios fiscais objeto do pleito arquivado, somente poderão ser novamente requeridos mediante o protocolo e formalização de um novo pleito à SUDENE.

2.6. Do fluxo para obtenção do incentivo fiscal

- a) **Protocolização do pleito:** A pessoa jurídica interessada deve encaminhar o pleito ao setor de protocolo da SUDENE, de acordo com as instruções contidas no subitem 2.3. (Formalização do pleito), com toda a documentação básica necessária, prevista no subitem 2.4;
- b) **Verificação da documentação apresentada (pré-análise):** Após a protocolização do pleito a SUDENE tem um prazo de 10 (dez) dias para verificação da documentação básica apresentada (pré-análise). Caso o pleito apresente inconformidade nas informações, seja no preenchimento dos formulários ou na documentação, a SUDENE procederá a sua devolução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do protocolo. Neste caso, a empresa requerente será formalmente comunicada do fato e da razão que motivou a devolução do pleito.

Observada a conformidade do pleito, a SUDENE procederá a sua formalização mediante a abertura de processo;

- c) **Análise do pleito:** Após a formalização do pleito, o processo é encaminhado ao setor de análise. O pleito será analisado e, após a vistoria do empreendimento, caso atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes, será emitido o Laudo Constitutivo do direito ao benefício fiscal;
- d) **Reconhecimento do benefício fiscal:** De posse do Laudo Constitutivo, a pessoa jurídica titular do empreendimento deve encaminhar requerimento à unidade da SRF a que estiver jurisdicionada, instruído com o referido Laudo (documento original) e com formulário específico da SRF, solicitando o reconhecimento do benefício.

2.7. Do início de fruição do benefício fiscal

Se o Laudo Constitutivo foi expedido no mesmo ano em que o empreendimento **entrou em operação**, a fruição terá início a partir do ano seguinte. Caso contrário, a fruição iniciará a partir do ano de expedição do Laudo Constitutivo. O prazo de fruição do benefício será de 10 (dez) anos, contados a partir do ano de início de sua fruição.

2.7.1. Para efeito do início de fruição do benefício fiscal, definido no subitem anterior, considera-se que um empreendimento entrou em operação quando:

- a) **Para projeto de Implantação ou Diversificação:** quando a produção efetiva for superior a **20%** da capacidade real instalada;
- b) **Para projeto de Modernização Total:** quando a produção efetiva for superior a **20%** da nova capacidade real instalada;
- c) **Para projetos de Modernização Parcial ou Ampliação:** quando a produção efetiva esgotar a capacidade instalada anterior e atingir uma produção superior a **20%** da nova capacidade incrementada;

2.8. Aspectos Gerais

- a) A diversificação ou modernização total de um empreendimento será considerada como implantação de nova unidade produtora e, assim, o benefício fiscal concedido incidirá sobre a nova capacidade real instalada do empreendimento (uma ou mais linhas de produção);
- b) O benefício fiscal concedido a projeto de modernização parcial ou de ampliação não atribui ou amplia benefícios a resultados correspondentes à produção anterior e, assim, o benefício fiscal concedido incidirá somente sobre o acréscimo ocorrido na capacidade real instalada da linha de produção ampliada ou parcialmente modernizado, não produzindo efeitos sobre a capacidade instalada anterior;
- c) Para efeito do benefício fiscal de isenção/redução do IRPJ, não se considera como implantação, modernização, ampliação ou diversificação a simples alteração da razão ou denominação social ou a transformação do tipo jurídico de empresas existentes (Decreto nº 64.214/69, art. 2º, § 5º);
- d) No caso de alteração de razão ou denominação social, transformação, cisão, fusão, incorporação de empresas ou transferência de ativos de empresas beneficiadas com incentivos do imposto de renda, um novo pleito de benefício fiscal deverá ser encaminhado à SUDENE, com a devida documentação comprobatória e observada a regra disposta no Decreto nº 64.214/69, art. 2º, § 5º e no Decreto nº 3.000/99, art. 557, § 3º e art. 559. Caso persistam as condições do direito ao benefício, um novo Laudo Constitutivo será emitido;
- e) Os projetos que em 03/08/2011 já gozavam do benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ, poderão pleitear o benefício fiscal de isenção do IRPJ, pelo período de 10(dez) anos, contados a partir daquela data, desde que, as atividades beneficiadas com o incentivo de redução de 75%, limitem-se a fabricação de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital (conforme dispõe o artigo 1º-A da MP 2.199-14/2001).

III – Roteiro para elaboração de pleitos de Redução Escalonada do IRPJ.

(artigo 17 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

3. A quem se destina

Beneficia as pessoas jurídicas que mantenham empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, com a redução de 12,5% (doze e meio por cento) do Imposto de Renda, inclusive adicionais não-restituíveis, até 31/12/2013.

3.1. Das pré-condições ao direito do incentivo fiscal

- a) A unidade produtora objeto do incentivo deve estar localizada e em operação na área de atuação da SUDENE;
- b) As atividades do empreendimento objeto do incentivo devem pertencer aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme definido no Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002.
- c) A pessoa jurídica titular do empreendimento deve ser optante da tributação com base no lucro real, para efeito de fruição deste benefício fiscal.

3.2. Da formalização do pleito

Os formulários relacionados neste subitem constituem elementos obrigatórios quando da protocolização e formalização do pleito à SUDENE. Para que sejam considerados válidos, todos os formulários devem conter a assinatura do representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O pleito deve ser instruído com os formulários devidamente preenchidos, observadas a ordem abaixo relacionada e a documentação básica a ser anexada, conforme disposto no subitem 3.3.

- a) **Requerimento:** O requerimento deve ser elaborado conforme o modelo apresentado no Formulário **1B**, disponível neste Manual, para todos os pleitos de redução escalonada do IRPJ. O Formulário **1B** deve ser, preferencialmente, utilizado como requerimento, desde que adequadamente preenchido;
- b) **Cadastro do Empreendimento:** A empresa requerente deve preencher as informações cadastrais constantes dos Formulários **2A**, **2B** e **2C**, para todos os pleitos de redução escalonada do IRPJ;
- c) **Caracterização do Pleito:** Para identificação do tipo de projeto e fornecimento das demais informações necessárias à caracterização do pleito, a empresa requerente deve preencher o Formulário **3B**, para todos os pleitos de redução escalonada do IRPJ.
- d) **Documentação apresentada para protocolização do pleito:** A empresa requerente deve preencher o Formulário **4B**, com o objetivo de relacionar toda a documentação apresentada quando da protocolização do pleito. Assim sendo, deve constar desta relação os formulários acima definidos, alíneas "a", "b" e "c", como também, a documentação básica necessária para formalização do pleito prevista no subitem 3.3. deste Manual.

3.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito

Deverá ser anexada ao pleito de redução escalonada do IRPJ, quando da sua protocolização, a seguinte documentação básica necessária à formalização:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, referente à pessoa jurídica objeto do incentivo;
- d) Certidão do IBGE, atualizada e referente à unidade produtora objeto do incentivo, comprovando que a empresa está em dia com as informações estatísticas (Decreto 64.214/69, art. 7º, inciso IV);
- e) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento e da unidade produtora objeto do incentivo;

- f) Portaria de Lavra, emitida pelo Ministério de Minas e Energia, quando se tratar de empreendimento de extração de minérios ou água mineral. (cópia legível e autenticada);
- g) Outorga de direito de uso da água, emitida por Órgão competente, quando se tratar de empreendimento de agricultura irrigada. (cópia legível e autenticada);
- h) Estatuto/Contrato de Constituição/Registro Individual, conforme o caso, contendo o número e a data do registro na Junta Comercial. (cópia legível e autenticada);
- i) Atas/alterações/aditivos/consolidações (cópia legível e autenticada), onde constem alterações de: razão social, de endereço e dos objetivos da empresa; eleição da diretoria; criação e fechamento de filiais; transferências; transformações do tipo de sociedade; aumento de capital; incorporação; fusão; cisão; consolidação estatutária, entre outras.
- j) Balanços contábeis, assinados pelo contador e pelo representante da empresa, referentes aos três últimos anos, ou de abertura (quando for o caso). O balanço também pode ser fornecido mediante cópia de sua publicação em Diário Oficial;
- k) Declaração que comprove que o empreendimento objeto do incentivo se encontra em funcionamento e que se dedica às atividades para as quais solicita o benefício fiscal, citando os produtos/serviços produzidos (cópia legível e autenticada). Dependendo do tipo de empreendimento, esta declaração poderá ser fornecida por: Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, ANEEL, ANATEL, ANA, EMBRATUR, entre outras;
- l) Licença de Operação – LO (cópia legível e autenticada), emitida por órgão ambiental competente, para as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental relacionados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 19.12.1997. Se a LO estiver vencida, a SUDENE aceitará justificativa, assinada por representante legal da empresa, devidamente acompanhada da documentação que comprove que a renovação da Licença de Operação ainda está em análise pelo órgão ambiental competente e que o requerimento à sua renovação foi feito com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade (§ 4º do art. 18 da Resolução CONAMA nº 237);
- m) Procuração atualizada e com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador do empreendimento;
- n) Declaração de Regularidade de Benefícios Fiscais (cópia), emitida pela SUDENE, comprovando que o empreendimento encontra-se em situação regular quanto às exigências previstas no art. 9º do Decreto 64.214/69, referente aos benefícios fiscais usufruídos (para empresas que gozam de incentivos fiscais de isenção e/ou redução). Este documento será obrigatório para pleitos protocolados a partir de 01/09/2009.

3.4. Da documentação complementar para análise do pleito

A documentação prevista no subitem anterior representa a documentação básica (mínima) necessária à formalização do pleito do Incentivo Fiscal. Uma documentação complementar poderá ser exigida durante a fase de análise do pleito e, neste caso, a empresa requerente terá um prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da formalização da exigência, para realizar o atendimento. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30(trinta) dias se o pedido for formalizado e devidamente justificado, dentro do prazo inicialmente concedido. Havendo intempestividade na entrega da documentação complementar exigida, a SUDENE procederá ao imediato arquivamento do pleito e comunicará formalmente o fato, devidamente justificado, à empresa requerente. O benefício fiscal objeto do pleito arquivado, somente poderá ser novamente requerido mediante o protocolo e formalização de um novo pleito à SUDENE.

3.5. Do fluxo para obtenção do incentivo fiscal

- a) **Protocolização do pleito:** A pessoa jurídica interessada deve encaminhar o pleito ao setor de protocolo da SUDENE, de acordo com as instruções contidas no subitem 3.2. (Formalização do pleito), com toda a documentação básica necessária, prevista no subitem 3.3;
- b) **Verificação da documentação apresentada (pré-análise):** Após a protocolização do pleito a SUDENE tem um prazo de 10 (dez) dias para verificação da documentação básica apresentada (pré-análise). Caso o pleito apresente inconformidade nas informações, seja no preenchimento dos formulários ou na documentação, a SUDENE procederá a sua devolução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do protocolo. Neste caso, a empresa requerente será formalmente comunicada do fato e da razão que motivou a devolução do pleito.
Observada a conformidade do pleito, a SUDENE procederá a sua formalização mediante a abertura de processo;
- c) **Análise do pleito:** Após a formalização do pleito, o processo administrativo é encaminhado ao setor de análise. O empreendimento poderá ser vistoriado, caso ainda não tenha recebido vistoria em pleitos anteriores. Após a análise, caso atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes, será emitido o Laudo Constitutivo do direito ao benefício fiscal;
- d) **Reconhecimento do benefício fiscal:** De posse do Laudo Constitutivo, a pessoa jurídica titular do empreendimento deve encaminhar requerimento à unidade da SRF a que estiver jurisdicionada, instruído com o referido Laudo (documento original) e com formulário específico da SRF, solicitando o reconhecimento do benefício.

3.6. Do início de fruição do benefício fiscal (após o reconhecimento pela SRF)

A fruição do benefício fiscal dar-se-á a partir da data de protocolo do pleito à SUDENE, devidamente instruído com o atendimento integral da documentação exigida.

3.7. Aspectos Gerais

- a) O direito à Redução não alcança o Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis que já tenham sido pagos;
- b) A utilização do benefício da Redução não impede a opção em favor do Reinvestimento, com relação ao saldo do Imposto de Renda a pagar;
- c) No caso de alteração de razão ou denominação social, transformação, cisão, fusão, incorporação de empresas ou transferência de ativos de empresas beneficiadas com incentivos do imposto de renda, um novo pleito de benefício fiscal deverá ser encaminhado à SUDENE, com a devida documentação comprobatória e observada a regra disposta no Decreto nº 64.214/69, art. 2º, § 5º e no Decreto nº 3.000/99, art. 557, § 3º e art. 559. Caso persistam as condições do direito ao benefício, um novo Laudo Constitutivo será emitido.

IV – Roteiro para elaboração de pleitos de Reinvestimento do IRPJ.

(artigo 27 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

4. A quem se destina

Beneficia as pessoas jurídicas com empreendimento em operação na área de atuação da SUDENE, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2018.

4.1. Das pré-condições ao direito do incentivo fiscal

- a) A unidade produtora objeto do incentivo deve estar localizada e em operação na área de atuação da SUDENE;
- b) As atividades do empreendimento objeto do incentivo devem pertencer aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme definido no Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002;
- c) A pessoa jurídica titular do empreendimento deve ser optante da tributação com base no lucro real, para efeito de fruição deste benefício fiscal.

4.2. Da formalização do pleito

Os formulários relacionados neste subitem constituem elementos obrigatórios quando da protocolização e formalização do pleito à SUDENE. Para que sejam considerados válidos, todos os formulários devem conter a assinatura do representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O pleito deve ser instruído com os formulários devidamente preenchidos, observadas a ordem abaixo relacionada e a documentação básica a ser anexada, conforme disposto no subitem 4.3.

- a) **Requerimento:** O requerimento deve ser elaborado conforme o modelo apresentado no Formulário **1C**, disponível neste Manual, para todos os pleitos reinvestimento do IRPJ. O Formulário **1C** deve ser, preferencialmente, utilizado como requerimento, desde que adequadamente preenchido;
- b) **Cadastro do Empreendimento:** A empresa requerente deve preencher as informações cadastrais constantes dos Formulários **2A**, **2B** e **2C**, para todos os pleitos reinvestimento do IRPJ;
- c) **Caracterização do Pleito:** Para identificação do tipo de projeto e fornecimento das demais informações necessárias à caracterização do pleito, a empresa requerente deve preencher os Formulários **3C**, **3D** e **3E**, para todos os pleitos de reinvestimento do IRPJ.
- d) **Documentação apresentada para protocolização do pleito:** A empresa requerente deve preencher o Formulário **4C**, com o objetivo de relacionar toda a documentação apresentada quando da protocolização do pleito. Assim sendo, deve constar desta relação os formulários acima definidos, alíneas "a", "b" e "c", como também, a documentação básica necessária para formalização do pleito prevista no subitem 4.3. deste Manual.

4.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito

Deverá ser anexada ao pleito de reinvestimento do IRPJ, quando da sua protocolização, a seguinte documentação básica necessária à formalização:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, referente à pessoa jurídica objeto do incentivo;
- d) Certidão do IBGE, atualizada e referente à unidade produtora objeto do incentivo, comprovando que a empresa está em dia com as informações estatísticas (Decreto nº 64.214/69, art. 7º, inciso IV);
- e) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento e da unidade produtora objeto do incentivo;

- f) Portaria de Lavra, emitida pelo Ministério de Minas e Energia, quando se tratar de empreendimento de extração de minérios ou água mineral. (cópia legível e autenticada);
- g) Estatuto/Contrato de Constituição/Registro Individual, conforme o caso, contendo o número e a data do registro na Junta Comercial. (cópia legível e autenticada);
- h) Atas/alterações/aditivos/consolidações (cópia legível e autenticada), onde constem alterações de: razão social, de endereço e dos objetivos da empresa; eleição da diretoria; criação e fechamento de filiais; transferências; transformações do tipo de sociedade; aumento de capital; incorporação; fusão; cisão; consolidação estatutária, entre outras.
- i) Balanços contábeis, assinados pelo contador e pelo representante da empresa, referentes aos três últimos anos, ou de abertura (quando for o caso). O balanço também pode ser fornecido mediante cópia de sua publicação em Diário Oficial;
- j) Declaração que comprove que o empreendimento objeto do incentivo se encontra em funcionamento e que se dedica às atividades para as quais solicita o benefício fiscal, citando os produtos/serviços produzidos (cópia legível e autenticada). Dependendo do tipo de empreendimento, esta declaração poderá ser fornecida por: Federação das Indústrias, Federação da Agricultura, ANEEL, ANATEL, ANA, EMBRATUR, entre outras;
- k) Licença de Operação – LO (cópia legível e autenticada), emitida por órgão ambiental competente, para as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental relacionados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 19.12.1997. Se a LO estiver vencida, a SUDENE aceitará justificativa, assinada por representante legal da empresa, devidamente acompanhada da documentação que comprove que a renovação da Licença de Operação ainda está em análise pelo órgão ambiental competente e que o requerimento à sua renovação foi feito com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade (§ 4º do art. 18 da Resolução CONAMA nº 237);
- l) Declaração de Renda e recibo de entrega com a chancela da Receita Federal ou Banco recebedor, referente aos exercícios correspondentes à opção pelo incentivo;
- m) Comprovantes dos depósitos efetuados no BNB;
- n) Orçamentos, lista de preços, faturas pró-forma e/ou cópia de notas fiscais, com a finalidade de justificar o valor total dos investimentos em máquinas e equipamentos constantes do projeto;
- o) Procuração atualizada e com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador do empreendimento;

4.4. Da documentação complementar para análise do pleito

A documentação prevista no subitem anterior representa a documentação básica (mínima) necessária à formalização do pleito do Incentivo Fiscal. Uma documentação complementar poderá ser exigida durante a fase de análise do pleito e, neste caso, a empresa requerente terá um prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da formalização da exigência, para realizar o atendimento. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30(trinta) dias se o pedido for formalizado e devidamente justificado, dentro do prazo inicialmente concedido. Havendo intempestividade na entrega da documentação complementar exigida, a SUDENE procederá ao imediato arquivamento do pleito e comunicará formalmente o fato, devidamente justificado, à empresa requerente. O benefício fiscal objeto do pleito arquivado, somente poderá ser novamente requerido mediante o protocolo e formalização de um novo pleito à SUDENE.

4.5. Do fluxo para obtenção do incentivo fiscal

- a) **Opção na Declaração de Rendimentos:** A pessoa jurídica interessada deve fazer a opção pelo Incentivo Fiscal em sua Declaração de Rendimentos, no campo específico com a destinação – "Redução por Reinvestimento";
- b) **Depósito bancário para reinvestimento do IRPJ:** O valor referente a "Redução por Reinvestimento", indicado na declaração de rendimentos, será de 30% (trinta por cento) do imposto devido. A este valor, a pessoa jurídica deve adicionar 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida) e depositar o total desta soma no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do formulário "Guia de Recolhimento" disponível em qualquer agência do BNB, no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo;
- c) **Protocolização do pleito:** A pessoa jurídica interessada deve encaminhar o pleito ao setor de protocolo da SUDENE, de acordo com as instruções contidas no subitem 4.2. (Formalização do pleito), com toda a documentação básica necessária, prevista no subitem 4.3;
- d) **Verificação da documentação apresentada (pré-análise):** Após a protocolização do pleito a SUDENE tem um prazo de 10 (dez) dias para verificação da documentação básica apresentada (pré-análise). Caso o pleito apresente inconformidade nas informações, seja no preenchimento dos formulários ou na documentação, a SUDENE procederá a sua devolução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do protocolo. Neste caso, a empresa requerente será formalmente comunicada do fato e da razão que motivou a devolução do pleito.
Observada a conformidade do pleito, a SUDENE procederá a sua formalização mediante a abertura de processo;
- e) **Análise do pleito:** Após a formalização do pleito, o processo é encaminhado ao setor de análise. O pleito será analisado e, caso atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes, será aprovado. A SUDENE comunicará, formalmente, a empresa requerente, a aprovação do projeto;
- f) **Liberação dos depósitos para reinvestimento:** Para liberação dos recursos, a empresa requerente deverá declarar que concorda com os termos de aprovação do projeto e solicitar formalmente a liberação dos recursos. A SUDENE emitirá uma ordem de liberação, autorizando o Banco do Nordeste a proceder à transferência imediata dos recursos depositados em conta vinculada, devidamente corrigidos, para a conta de livre movimentação da pessoa jurídica beneficiária do incentivo. Do valor a ser liberado, será deduzida a quantia correspondente a 2% (dois por cento), a título de custo de administração do projeto.

4.6. Das informações sobre os depósitos efetuados no BNB

- a) Os depósitos devem ser efetuados em conta específica, vinculada ao Benefício de Reinvestimento do IRPJ;
- b) Os prazos para efetuar os depósitos serão os mesmos prazos para o pagamento do imposto. Sendo assim, se o pagamento do imposto for realizado em parcelas, os depósitos no BNB também serão efetuados em parcelas e no mesmo prazo e condições determinadas para pagamento das parcelas do imposto. A inobservância do prazo importará no recolhimento dos encargos legais (juros e multa de mora), através de DARF, como receita da União;
- c) O recolhimento das parcelas correspondentes ao incentivo fiscal ficará condicionado ao pagamento da parcela do Imposto de Renda;
- d) Os valores depositados serão corrigidos pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil (art. 10 da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001);
- e) As parcelas não depositadas até o último dia útil do ano-calendário subsequente ao de apuração do lucro real correspondente devem ser recolhidas como imposto e, assim sendo, não devem ser depositadas no BNB, pois já não serão aceitas para efeito do Benefício de Reinvestimento do IRPJ.

4.7. Aspectos Gerais

- a) A apresentação do projeto de modernização ou de complementação de equipamento não depende de carta-consulta à SUDENE;
- b) Os recursos depositados no BNB, para fins do Benefício Fiscal de Reinvestimento, podem ser usados para o ressarcimento de despesas com projeto de modernização ou complementação de equipamento, realizadas a partir do ano-calendário correspondente à opção pelo incentivo;
- c) Quando a parcela de reinvestimento correspondente ao exercício não for suficiente para a cobertura das inversões programadas, poderá a empresa apresentar projeto com a previsão de utilização de parcelas de reinvestimento em até 03 (três) exercícios futuros;
- d) Na aplicação dos recursos, para fins deste incentivo, não serão admitidas, em hipótese alguma, aquisições de máquinas e equipamentos usados ou reconicionados. No caso de aquisição com alienação, só será admitido o valor decorrente do pagamento inicial à vista (Decreto nº 64.214 de 18 de março de 1969, art. 47, § 1º);
- e) O prazo para aplicação dos recursos liberados é de 6(seis) meses, contados a partir da data de liberação pelo Banco do Nordeste - BNB. A relação dos investimentos realizados, bem como, a relação dos respectivos documentos comprobatórios da aquisição de máquinas e equipamentos, devem ser encaminhadas à SUDENE (Formulário **5A**, página 46), dentro do prazo previsto para aplicação dos recursos;
- f) Os recursos liberados devem ser contabilizados, em conformidade com a legislação vigente, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE;
- g) Fiscalizações serão efetuadas pela SUDENE com o objetivo de comprovar a regular aplicação dos recursos liberados. Todas as máquinas e equipamentos adquiridos serão vinculados, pela SUDENE, ao benefício do reinvestimento, sendo a referida vinculação expressa nas respectivas notas fiscais de aquisição. A unidade da Secretaria da Receita Federal, a que a empresa estiver jurisdicionada, será comunicada pela SUDENE para providências cabíveis, caso seja comprovada a falta ou má aplicação dos recursos;
- h) Um novo projeto não poderá ser aprovado enquanto não for comprovada a regular aplicação dos recursos liberados para o projeto anterior;
- i) A opção pelo reinvestimento não está sujeita ao desconto em favor do PIN e PROTERRA;
- j) Este Incentivo pode ser utilizado cumulativamente ao Incentivo da Redução do Imposto de Renda;
- k) Na hipótese do projeto não ser aprovado e da desistência da empresa em apresentar um novo projeto, caberá ao BNB, mediante comunicação da SUDENE, devolver à empresa correspondente a parcela de recursos próprios e recolher à União Federal o valor depositado como incentivo devidamente corrigido (§ 3º do Art. 19 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991).

V – Roteiro para elaboração de pleitos de depreciação acelerada incentivada e do desconto da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS

(artigo 38 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

5. A quem se destina

Beneficia as pessoas jurídicas, que já usufruem do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ, com a depreciação acelerada incentivada de bens adquiridos, para efeito de cálculo do imposto sobre a renda, e com o desconto dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

5.1. Das pré-condições ao direito do benefício fiscal

- a) O empreendimento deve ser beneficiário do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ;
- b) A unidade produtora do empreendimento deve estar localizada em microrregiões menos desenvolvidas na área de atuação da SUDENE, cujos municípios estão relacionados no Anexo I da Portaria nº 1.211, de 20.12.2006, do Ministério da Integração Nacional.
(A relação dos municípios encontra-se disponível no sítio www.sudene.gov.br).

5.2. Da formalização do pleito

Os formulários relacionados neste subitem constituem elementos obrigatórios quando da protocolização e formalização do pleito à SUDENE. Para que sejam considerados válidos, todos os formulários devem conter a assinatura do representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O pleito deve ser instruído com os formulários devidamente preenchidos, observadas a ordem abaixo relacionada e a documentação básica a ser anexada, conforme disposto no subitem 5.3.

- a) **Requerimento** : O requerimento deve ser elaborado conforme o modelo apresentado no Formulário **1D**, disponível neste Manual, para todos os pleitos de depreciação acelerada incentivada e do desconto da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS. O Formulário **1D** deve ser, preferencialmente, utilizado como requerimento, desde que adequadamente preenchido;
- b) **Cadastro do Empreendimento**: A empresa requerente deve preencher as informações cadastrais constantes dos Formulários **2A**, **2B** e **2C**, para todos os pleitos;
- c) **Caracterização do Pleito**: Para identificação benefício fiscal e fornecimento das demais informações necessárias à caracterização do pleito, a empresa requerente deve preencher o Formulário **3F**, para todos os pleitos de depreciação acelerada incentivada e do desconto da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS;
- d) **Documentação apresentada para protocolização do pleito**: A empresa requerente deve preencher o Formulário **4D**, com o objetivo de relacionar toda a documentação apresentada quando da protocolização do pleito. Assim sendo, deve constar desta relação os formulários acima definidos, alíneas "a", "b" e "c", como também, a documentação básica necessária para formalização do pleito prevista no subitem 5.3. deste Manual.

5.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito

Deverá ser anexada ao pleito de depreciação acelerada incentivada e do desconto da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, quando da sua protocolização, a seguinte documentação básica necessária à formalização:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, referente à pessoa jurídica objeto do incentivo;
- d) Certidão do IBGE, atualizada e referente à unidade produtora objeto do incentivo, comprovando que a empresa está em dia com as informações estatísticas (Decreto nº 64.214/69, art. 7º, inciso IV);
- e) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento e da unidade produtora objeto do incentivo;
- f) Estatuto/Contrato de Constituição/Registro Individual, conforme o caso, contendo o número e a data do registro na Junta Comercial. (cópia legível e autenticada);

- g) Atas/alterações/aditivos/consolidações (cópia legível e autenticada), onde constem alterações de: razão social, de endereço e dos objetivos da empresa; eleição da diretoria; criação e fechamento de filiais; transferências; transformações do tipo de sociedade; aumento de capital; incorporação; fusão; cisão; consolidação estatutária, entre outras;
- h) Licença de Operação – LO (cópia legível e autenticada), emitida por órgão ambiental competente, para as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental relacionados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 19.12.1997. Se a LO estiver vencida, a SUDENE aceitará justificativa, assinada por representante legal da empresa, devidamente acompanhada da documentação que comprove que a renovação da Licença de Operação ainda está em análise pelo órgão ambiental competente e que o requerimento à sua renovação foi feito com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade (§ 4º do art. 18 da Resolução CONAMA nº 237);
- i) Comprovante de Autuação de Processo ou Ato homologatório, quando for o caso, da Secretaria da Receita Federal (cópia), comprovando que a empresa protocolou o pedido de reconhecimento/usufrui do benefício de redução de 75% do IRPJ;
- j) Procuração atualizada e com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador do empreendimento.

5.4. Da documentação complementar para análise do pleito

A documentação prevista no subitem anterior representa a documentação básica (mínima) necessária à formalização do pleito do benefício Fiscal. Uma documentação complementar poderá ser exigida durante a fase de análise do pleito e, neste caso, a empresa requerente terá um prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da formalização da exigência, para realizar o atendimento. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30(trinta) dias se o pedido for formalizado e devidamente justificado, dentro do prazo inicialmente concedido. Havendo intempestividade na entrega da documentação complementar exigida, a SUDENE procederá ao imediato arquivamento do pleito e comunicará formalmente o fato, devidamente justificado, à empresa requerente. O benefício fiscal objeto do pleito arquivado, somente poderá ser novamente requerido mediante o protocolo e formalização de um novo pleito à SUDENE.

5.5. Do fluxo para obtenção do benefício fiscal

- a) **Protocolização do pleito:** A pessoa jurídica interessada deve encaminhar o pleito ao setor de protocolo da SUDENE, de acordo com as instruções contidas no subitem 5.2. (Formalização do pleito), com toda a documentação básica necessária, prevista no subitem 5.3;
- b) **Verificação da documentação apresentada (pré-análise):** Após a protocolização do pleito a SUDENE tem um prazo de 10 (dez) dias para verificação da documentação básica apresentada(pré-análise). Caso o pleito apresente inconformidade nas informações, seja no preenchimento dos formulários ou na documentação, a SUDENE procederá a sua devolução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do protocolo. Neste caso, a empresa requerente será formalmente comunicada do fato e da razão que motivou a devolução do pleito.
Observada a conformidade do pleito, a SUDENE procederá a sua formalização mediante a abertura de processo;
- c) **Análise do pleito:** Após a formalização do pleito, o processo administrativo é encaminhado ao setor de análise. O pleito será analisado e, caso atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes, a SUDENE emitirá a Portaria concessiva do direito ao benefício.

5.6. Do início de fruição do benefício fiscal

A fruição fica condicionada à fruição do benefício de redução de 75% do Imposto de Renda. Este benefício fiscal não poderá ser usufruído cumulativamente com outros de mesma natureza, exceto o benefício de que trata o artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001 e demais casos quando expressamente autorizados em lei.

5.7. Aspectos Gerais

- a)** O benefício da depreciação acelerada incentivada e do desconto da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS aplica-se, exclusivamente, aos bens adquiridos no período estabelecido no artigo 31 Lei nº 11.196/2005, sem prejuízo das demais normas em vigor aplicáveis à matéria.
- b)** O direito ao desconto dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS aplica-se às máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados no Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006 e destinados à incorporação ao ativo imobilizado da empresa;
- c)** O direito ao desconto de que trata a alínea “b” ocorrerá no prazo de 12 (doze) meses, contado da aquisição dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, de que tratam o inciso III do § 1º do art. 3º da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002, o inciso III do § 1º do art. 3º da Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o § 4º do art. 15 da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004;
- d)** A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral no próprio ano da aquisição;
- e)** A quota de depreciação acelerada, correspondente ao benefício, constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será escriturada no livro fiscal de apuração do lucro real;
- f)** O total da depreciação acumulada, incluindo a normal e a acelerada, não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem;
- g)** A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata a alínea anterior (“f”), o valor da depreciação normal, registrado na escrituração comercial, será adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

VI – Roteiro para elaboração de pleitos de isenção do AFRMM.

(artigo 41 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

6. A quem se destina

Beneficia as pessoas jurídicas cujos empreendimentos se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste até 31 de dezembro de 2015, com a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

6.1. Das pré-condições ao direito do benefício fiscal

- a) A unidade produtora do empreendimento deve estar localizada na Região Nordeste do Brasil;
- b) As atividades do empreendimento objeto do incentivo devem pertencer aos setores da economia considerados como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme definido no Decreto nº 4.213 de 26 de abril de 2002.
- c) Os bens objeto de importação (máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, matérias-primas e demais insumos) devem participar diretamente do processo industrial do empreendimento.

6.2. Da formalização do pleito

Os formulários relacionados neste subitem constituem elementos obrigatórios quando da protocolização e formalização do pleito à SUDENE. Para que sejam considerados válidos, todos os formulários devem conter a assinatura do representante legal do empreendimento, explicitamente identificado com o nome completo, cargo/função e número do CPF. O pleito deve ser instruído com os formulários devidamente preenchidos, observadas a ordem abaixo relacionada e a documentação básica a ser anexada, conforme disposto no subitem 6.3.

- a) **Requerimento:** O requerimento deve ser elaborado conforme o modelo apresentado no Formulário **1E**, disponível neste Manual, para todos os pleitos de isenção do AFRMM. O Formulário **1E** deve ser, preferencialmente, utilizado como requerimento, desde que adequadamente preenchido;
- b) **Cadastro do Empreendimento:** A empresa requerente deve preencher as informações cadastrais constantes dos Formulários **2A**, **2B** e **2C**, para todos os pleitos;
- c) **Caracterização do Pleito:** Para identificação benefício fiscal e fornecimento das demais informações necessárias à caracterização do pleito, a empresa requerente deve preencher o Formulário **3G**, para todos os pleitos de isenção do AFRMM;
- d) **Documentação apresentada para protocolização do pleito:** A empresa requerente deve preencher o Formulário **4E**, com o objetivo de relacionar toda a documentação apresentada quando da protocolização do pleito. Assim sendo, deve constar desta relação os formulários acima definidos, alíneas "a", "b" e "c", como também, a documentação básica necessária para formalização do pleito prevista no subitem 6.3. deste Manual.

6.3. Da documentação básica necessária para formalização do pleito

Deverá ser anexada ao pleito de isenção do AFRMM, quando da sua protocolização, a seguinte documentação básica necessária à formalização:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, referente à pessoa jurídica objeto do incentivo;
- d) Certidão do IBGE, atualizada e referente à unidade produtora objeto do incentivo, comprovando que a empresa está em dia com as informações estatísticas (Decreto nº 64.214/69, art. 7º, inciso IV);
- e) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento e da unidade produtora objeto do incentivo;
- f) Estatuto/Contrato de Constituição/Registro Individual, conforme o caso, contendo o número e a data do registro na Junta Comercial. (cópia legível e autenticada);

- g) Atas/alterações/aditivos/consolidações (cópia legível e autenticada), onde constem alterações de: razão social, de endereço e dos objetivos da empresa; eleição da diretoria; criação e fechamento de filiais; transferências; transformações do tipo de sociedade; aumento de capital; incorporação; fusão; cisão; consolidação estatutária, entre outras.
- h) Licença de Operação – LO (cópia legível e autenticada), emitida por órgão ambiental competente, para as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental relacionados no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237, de 19.12.1997. Se a LO estiver vencida, a SUDENE aceitará justificativa, assinada por representante legal da empresa, devidamente acompanhada da documentação que comprove que a renovação da Licença de Operação ainda está em análise pelo órgão ambiental competente e que o requerimento à sua renovação foi feito com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade (§ 4º do art. 18 da Resolução CONAMA nº 237);
- i) Procuração atualizada e com firma reconhecida, se o requerimento for assinado por procurador do empreendimento;

6.4. Da documentação complementar para análise do pleito

A documentação prevista no subitem anterior representa a documentação básica (mínima) necessária à formalização do pleito do benefício Fiscal. Uma documentação complementar poderá ser exigida durante a fase de análise do pleito e, neste caso, a empresa requerente terá um prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da formalização da exigência, para realizar o atendimento. Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30(trinta) dias se o pedido for formalizado e devidamente justificado, dentro do prazo inicialmente concedido. Havendo intempestividade na entrega da documentação complementar exigida, a SUDENE procederá ao imediato arquivamento do pleito e comunicará formalmente o fato, devidamente justificado, à empresa requerente. O benefício fiscal objeto do pleito arquivado, somente poderá ser novamente requerido mediante o protocolo e formalização de um novo pleito à SUDENE.

6.5. Do fluxo para obtenção do benefício fiscal

- a) **Protocolização do pleito:** A pessoa jurídica interessada deve encaminhar o pleito ao setor de protocolo da SUDENE, de acordo com as instruções contidas no subitem 6.2. (Formalização do pleito), com toda a documentação básica necessária, prevista no subitem 6.3;
- b) **Verificação da documentação apresentada (pré-análise):** Após a protocolização do pleito a SUDENE tem um prazo de 10 (dez) dias para verificação da documentação básica apresentada(pré-análise). Caso o pleito apresente inconformidade nas informações, seja no preenchimento dos formulários ou na documentação, a SUDENE procederá a sua devolução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data do protocolo. Neste caso, a empresa requerente será formalmente comunicada do fato e da razão que motivou a devolução do pleito.
Observada a conformidade do pleito, a SUDENE procederá a sua formalização mediante a abertura de processo;
- c) **Análise do pleito:** Após a formalização do pleito, o processo administrativo é encaminhado ao setor de análise. O empreendimento poderá ser vistoriado, caso ainda não tenha recebido vistoria em pleitos anteriores. Após a análise, caso atenda às condições previstas na legislação e regulamentação vigentes, a SUDENE emitirá a Portaria concessiva do direito ao benefício.

6.6. Do período de vigência do benefício fiscal

O período de vigência terá início a partir da data de protocolo do pleito e termina no prazo previsto no art. 4º da Lei nº 9.808/99.

Para efeito de aplicação e fruição do benefício fiscal concedido, a empresa favorecida deve formular ao órgão competente do Ministério dos Transportes, o pedido de reconhecimento do direito ao benefício da isenção do AFRMM, em conformidade com as condições dispostas na respectiva portaria concessiva do direito.

6.7. Aspectos Gerais

- a)** A isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, aplicar-se-á, exclusivamente, à importação de bens destinados ao processo produtivo do empreendimento, seja como matérias-primas necessárias à produção industrial, ou como máquinas, equipamentos e demais bens necessários ao processo produtivo e destinados à incorporação ao ativo imobilizado da empresa;
- b)** É vedada a importação de matérias-primas ou bens acabados para comercialização no mercado.

VII – Publicidade dos incentivos e benefícios fiscais recebidos.

(artigo 45 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

7. Da obrigatoriedade da publicidade

Em observância ao princípio da publicidade dos Atos da Administração Pública, os empreendimentos beneficiários dos incentivos e benefícios fiscais administrados pela SUDENE, deverão, obrigatoriamente, dar publicidade aos benefícios fiscais usufruídos.

7.1. Da forma de Publicidade

A publicidade definida no subitem anterior deve ser realizada mediante as seguintes formas de veiculação:

- a) **Em placas indicativas:** Deverão manter no local do empreendimento objeto do benefício fiscal, à vista do público, placa mencionando o benefício concedido, conforme modelo estabelecido pela SUDENE e disponível no sítio www.sudene.gov.br. A comprovação de afixação da referida placa é pré-condição para emissão do Laudo Constitutivo ou da Portaria concessiva do direito aos incentivos e benefícios fiscais;
- b) **Em embalagens de produtos:** As empresas beneficiárias de incentivos e benefícios fiscais deverão veicular nas embalagens de seus produtos, a seguinte indicação: “*Empresa incentivada pela SUDENE*”; O prazo para veiculação desta publicidade é de 6(seis) meses, contados a partir da data de emissão do Laudo Constitutivo ou da Portaria que aprovou o direito ao benefício fiscal.

7.2. **Das penalidades:** As empresas beneficiárias que não procederem à realização da publicidade dos incentivos e benefícios fiscais concedidos na forma e prazo definidos neste instrumento serão consideradas inadimplentes para efeito do Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais da SUDENE e sujeita às penalidades cabíveis.

VIII – Disposições Gerais.

8. As empresas beneficiárias do incentivo da redução do IRPJ obrigam-se a:

- a) permitir à equipe técnica da SUDENE o acesso às dependências de seus estabelecimentos, à contabilidade e a todos os documentos e registros concernentes à aplicação dos valores dos benefícios;
- b) Fornecer, tempestivamente, as informações necessárias à avaliação dos Incentivos Fiscais na região, mediante participação na pesquisa anual sobre os Incentivos Fiscais promovida pela SUDENE;
- c) apresentar anualmente a declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria (art.9º, do Decreto nº 64.214/69);
- d) proibir a distribuição aos sócios ou acionistas o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto-lei nº 1.598/77);
- e) apresentar anualmente à SUDENE, até 31 de dezembro de cada exercício, certidão de regularidade fiscal em relação aos tributos federais e da certidão negativa de débito para a previdência social, acompanhada de prova documental da contabilização do valor resultante da redução do imposto, em conformidade com a legislação vigente, bem como, de sua utilização para absorção de prejuízo ou aumento de capital, quando for o caso.

8.1. Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos pela Diretoria Colegiada da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

IX – Formulários.

9. Lista de formulários para formalização de pleitos:

PLEITO	FORMULÁRIOS	CONTEÚDO	PÁGINA
Isenção/Redução fixa de 75% do IRPJ	Formulário 1A	Requerimento	23
	Formulário 2A, 2B e 2C	Cadastro do Empreendimento	28 a 30
	Formulário 3A	Caracterização do Pleito	31 e 32
	Formulário 4A	Documentação apresentada	41
Redução Escalonada do IRPJ	Formulário 1B	Requerimento	24
	Formulário 2A, 2B e 2C	Cadastro do Empreendimento	28 a 30
	Formulário 3B	Caracterização do Pleito	33 e 34
	Formulário 4B	Documentação apresentada	42
Reinvestimento de 30% do IRPJ	Formulário 1C	Requerimento	25
	Formulário 2A, 2B e 2C	Cadastro do Empreendimento	28 a 30
	Formulário 3C, 3D e 3E	Caracterização do Pleito	35 a 38
	Formulário 4C	Documentação apresentada	43
Depreciação e desconto do PIS/PASEP e da COFINS	Formulário 1D	Requerimento	26
	Formulário 2A, 2B e 2C	Cadastro do Empreendimento	28 a 30
	Formulário 3F	Caracterização do Pleito	39
	Formulário 4D	Documentação apresentada	44
Isenção do AFRMM	Formulário 1E	Requerimento	27
	Formulário 2A, 2B e 2C	Cadastro do Empreendimento	28 a 30
	Formulário 3G	Caracterização do Pleito	40
	Formulário 4E	Documentação apresentada	45

Importante: Os formulários anexos a este Manual estão disponíveis para download no link: www.sudene.gov.br/incentivos-fiscais-e-fundos/incentivos-fiscais



REQUERIMENTO (artigo 13 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

Ilmo. Sr. Superintendente da SUDENE,

A empresa _____ (1), CNPJ: _____ (2),
pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em _____ (3), com
unidade produtora localizada à _____ (4), CNPJ: _____ (5),
anexa os documentos e informações exigidos no Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais
administrados pela SUDENE, e requer que se digne mandar expedir o “LAUDO CONSTITUTIVO” do direito à
_____ (6) do Imposto de Renda e adicionais não-reatribuíveis, calculados com base no
lucro da exploração de _____ (7), decorrente do projeto
de _____ (8), de que trata o artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001 e
demais normas em vigor aplicáveis à matéria.

Declara o requerente, sob as penas da Lei, que as informações constantes nos demais formulários e
documentação anexos ao presente requerimento são a expressão da verdade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de _____

Nome do requerente
Cargo/Função
Nº do CPF

SIBF – Formulário 1A

LEGENDA

- (1) Nome da Razão Social da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (2) CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (3) Nome do município e Unidade da Federação (UF) da empresa titular do empreendimento.
- (4) Endereço (logradouro, município e UF) da unidade produtora (matriz/filial) objeto do incentivo fiscal.
- (5) CNPJ da unidade produtora (matriz/filial) objeto do incentivo fiscal.
- (6) **redução de setenta e cinco por cento ou isenção** (limitado as atividades de fabricação de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital).
- (7) Atividade(s) objeto do Incentivo Fiscal.
- (8) Tipo do projeto: Implantação, Diversificação, Modernização Total, Modernização Parcial ou Ampliação.



REQUERIMENTO (artigo 17 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

Ilmo. Sr. Superintendente da SUDENE,

A empresa _____ (1), CNPJ: _____ (2),
pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em _____ (3), com
unidade produtora localizada à _____ (4), CNPJ: _____ (5),
anexa os documentos e informações exigidos no Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais
administrados pela SUDENE, e requer que se digne mandar expedir o “LAUDO CONSTITUTIVO” do direito à
redução do Imposto de Renda e adicionais não-restituíveis, calculados com base no lucro da
exploração de _____ (6), de que trata o artigo 14 da Lei 4.239/63, com as
modificações posteriores, e nos termos previstos no artigo 3º, §2º, da Lei nº 9.532, de 10.12.97, e alterações
da Medida Provisória 2.199-14, de 24.08.2001.

Declara o requerente, sob as penas da Lei, que as informações constantes nos demais formulários e
documentação anexos ao presente requerimento são a expressão da verdade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de _____

Nome do requerente
Cargo/Função
Nº do CPF

SIBF – Formulário 1B

LEGENDA

- (1) Nome da Razão Social da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (2) CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (3) Nome do município e Unidade da Federação (UF) da empresa titular do empreendimento.
- (4) Endereço (logradouro, município e UF) da unidade produtora (matriz/filial) objeto do incentivo fiscal.
- (5) CNPJ da unidade produtora (matriz/filial) objeto do incentivo fiscal.
- (6) Atividade(s) objeto do Incentivo Fiscal.



REQUERIMENTO (artigo 27 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

Ilmo. Sr. Superintendente da SUDENE,

A empresa _____ (1), CNPJ: _____ (2),
pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em _____ (3), com
unidade produtora localizada à _____ (4), CNPJ: _____ (5),
anexa projeto técnico-econômico de reinvestimento e demais documentos e informações exigidos no
Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE, e requer que se digne mandar
proceder à análise do pleito apresentado, que objetiva à concessão do benefício fiscal previsto no artigo 19 da
Lei nº 8.167, de 16.01.91, com as alterações introduzidas pelo artigo 2º da Lei nº 9.532, de 10.12.97 e com as
modificações do artigo 3º da Medida Provisória 2.199-14, de 24.08.2001.

O referido projeto pleiteia o reinvestimento de 30%(trinta por cento) do IRPJ devido, objeto das opções
realizadas nas declarações de imposto de renda e respectivos depósitos efetuados no Banco do Nordeste do
Brasil - BNB.

Declara o requerente, sob as penas da Lei, que as informações constantes nos demais formulários e
documentação anexos ao presente requerimento são a expressão da verdade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de _____

Nome do requerente
Cargo/Função
Nº do CPF

SIBF – Formulário 1C

LEGENDA

- (1) Nome da Razão Social da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (2) CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (3) Nome do município e Unidade da Federação (UF) da empresa titular do empreendimento.
- (4) Endereço (logradouro, município e UF) da unidade produtora (matriz/filial) objeto do incentivo fiscal.
- (5) CNPJ da unidade produtora (matriz/filial) objeto do incentivo fiscal.



REQUERIMENTO (artigo 38 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

Ilmo. Sr. Superintendente da SUDENE,

A empresa _____ (1), CNPJ: _____ (2),
pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em _____ (3), com
unidade produtora localizada à _____ (4), CNPJ: _____ (5),
anexa os documentos e informações exigidos no Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais
administrados pela SUDENE, e requer que se digne mandar emitir Portaria de que satisfaz às condições
estabelecidas no artigo 31, incisos I e II da Lei nº 11.196, de 21.11.2005.

O presente requerimento objetiva demonstrar que a empresa pleiteante atende às exigências legais
necessárias ao direito do benefício fiscal _____ (6) e/ou
_____, (7), na aquisição de máquinas, aparelhos,
instrumentos e equipamentos novos destinados à incorporação ao seu ativo imobilizado e relacionados no
Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006.

Declara o requerente, sob as penas da Lei, que as informações constantes nos demais formulários e
documentação anexos ao presente requerimento são a expressão da verdade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____, ____ de _____ de _____

Nome do requerente
Cargo/Função
Nº do CPF

SIBF – Formulário 1D

LEGENDA

- (1) Nome da Razão Social da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (2) CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (3) Nome do município e Unidade da Federação (UF) da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (4) Endereço (logradouro, município e UF) da unidade produtora (matriz/filial) objeto do benefício fiscal.
- (5) CNPJ da unidade produtora (matriz/filial) objeto do benefício fiscal.
- (6) “da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda”
- (7) “do desconto dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS”

OBS: Os benefícios (6) e (7) podem ser pleiteados conjuntamente ou isoladamente, conforme o caso.



REQUERIMENTO (artigo 41 do Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais)

Ilmo. Sr. Superintendente da SUDENE,

A empresa _____ (1), CNPJ: _____ (2),
pessoa jurídica titular do empreendimento sediado em _____ (3), com
unidade produtora localizada à _____ (4), CNPJ: _____ (5),
anexa os documentos e informações exigidos no Regulamento dos Incentivos e Benefícios Fiscais
administrados pela SUDENE, e requer que se digne mandar emitir Portaria, conforme avaliação técnica, de
que satisfaz às condições estabelecidas no artigo 4º, incisos I e II da Lei nº 9.808, de 20.07.1999.

O presente requerimento objetiva demonstrar que a empresa pleiteante atende às exigências legais
necessárias ao direito do benefício da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante -
AFRMM, decorrente do projeto de _____ (6).

Declara o requerente, sob as penas da Lei, que as informações constantes nos demais formulários e
documentação anexos ao presente requerimento são a expressão da verdade.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de _____

Nome do requerente
Cargo/Função
Nº do CPF

SIBF – Formulário 1E

LEGENDA

- (1) Nome da Razão Social da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (2) CNPJ da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (3) Nome do município e Unidade da Federação(UF) da pessoa jurídica titular do empreendimento.
- (4) Endereço (logradouro, município e UF) da unidade produtora (matriz/filial) objeto do benefício fiscal.
- (5) CNPJ da unidade produtora (matriz/filial) objeto do benefício fiscal.
- (6) Tipo do projeto: Implantação, Diversificação, Modernização e Ampliação.



CADASTRO DO EMPREENDIMENTO

Pessoa jurídica objeto do incentivo

Número do CNPJ		Data de Abertura do CNPJ	
Nome da Razão Social			
Logradouro (rua, av, praça, outros)		Número	
Complemento		Bairro/Distrito	
Município		UF	
		CEP	
Telefones		Fax	
E-mail Institucional			

Escritório Comercial

Logradouro (rua, av, praça, outros)		Número	
Complemento		Bairro/Distrito	
Município		UF	
		CEP	
Telefones		Fax	
E-mail Institucional			

Pessoa jurídica titular do empreendimento

Número do CNPJ		Data de Abertura do CNPJ	
Nome da Razão Social			
Logradouro (rua, av, praça, outros)		Número	
Complemento		Bairro/Distrito	
Município		UF	
		CEP	
Telefones		Fax	
E-mail Institucional			

Escritório Comercial

Logradouro (rua, av, praça, outros)		Número	
Complemento		Bairro/Distrito	
Município		UF	
		CEP	
Telefones		Fax	
E-mail Institucional			



CADASTRO DO EMPREENDIMENTO – Informações complementares da empresa titular do empreendimento

Composição da Diretoria / Gerência / Administração

Num. do CPF	Nome completo	Cargo que ocupa	Mandato		Observação
			Início	Final	

Nota-1: se o mandato for por tempo indeterminado, a data final não deve ser preenchida.

Nota-2: caso a pessoa física seja estrangeira e não possua CPF, informar no campo de observação: "Estrangeiro(a)".

Composição do Conselho de Administração (quando houver)

Num. do CPF	Nome completo	Cargo que ocupa	Mandato		Observação
			Início	Final	

Nota-1: se o mandato for por tempo indeterminado, a data final não deve ser preenchida.

Nota-2: caso a pessoa física seja estrangeira e não possua CPF, informar no campo de observação: "Estrangeiro(a)".

Estrutura do Capital Social (atualizada e registrada na Junta Comercial)

Valor total do Capital Social	Data da última atualização

Número do CPF/CNPJ	Nome dos principais quotistas ou acionistas	Observação

Nota-1: caso a pessoa física/jurídica seja estrangeira e não possua CPF/CNPJ, informar no campo de observação: "Estrangeiro(a)".

Pessoas Jurídicas (matriz e/ou filiais) já beneficiadas com incentivos fiscais da SUDENE/ADENE

Número do CNPJ	Município de instalação	UF	Observação



CADASTRO DO EMPREENDIMENTO - Informações complementares da empresa e da unidade objeto do incentivo.

Objetivos Sociais da empresa(**atualizado**), conforme registrado na Junta Comercial

--

Registro na Junta Comercial dos Atos Constitutivos

Nº do Registro de constituição da empresa titular do empreendimento		Data do Registro	
Nº do Registro de constituição da unidade objeto do incentivo		Data do Registro	

Histórico da empresa titular do empreendimento

--

Histórico da unidade objeto do incentivo

--

Quantidade de empregos Diretos		Quantidade de empregos Terceirizados	
--------------------------------	--	--------------------------------------	--

Identificação da Unidade da Receita Federal do Brasil a que estiver jurisdicionada a empresa titular do empreendimento

Nome da Unidade			
Logradouro (rua, av, praça, outros)			
Número	Bairro/Distrito		
Município	UF	CEP	



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito **Obtenção de Incentivo Fiscal**

Incentivo Fiscal

Informe incentivo pleiteado (1 ou 2)

1. Redução Fixa de 75% do IRPJ.
2. Isenção do IRPJ (conforme dispõe o artigo 1º-A da MP 2.199-14/2001).

Identificação do Projeto

Informe o tipo de projeto (1, 2, 3, 4 ou 5)

1. Implantação

2. Diversificação

3. Modernização Total

4. Ampliação

5. Modernização Parcial

Informações para a avaliação operacional pelo critério da Produção Efetiva

PRODUÇÃO EFETIVA DOS ÚLTIMOS 4 ANOS (ano atual – 3)

1. Atividade objeto do incentivo				
2. Descrição do Produto / Serviço				
3. Unidade de medida (a unidade é única por produto / serviço)				
4. Capacidade Real Instalada <u>Atual</u>	Capacidade mensal		Capacidade Anual	
5. Capacidade Real Instalada <u>Anterior</u>	Capacidade mensal		Capacidade Anual	
6. Aumento da Capacidade Instalada (%)				
MÊS	2013	2012	2011	2010
JANEIRO				
FEVEREIRO				
MARÇO				
ABRIL				
MAIO				
JUNHO				
JULHO				
AGOSTO				
SETEMBRO				
OUTUBRO				
NOVEMBRO				
DEZEMBRO				

Nota-1: informar os valores da produção em **números inteiros**. Utilize a unidade de medida mais adequada, de modo a evitar números fracionários.

Nota-2: os campos "Capacidade Real Instalada Anterior" e o "Aumento da Capacidade Instalada" são obrigatório apenas para projetos de **ampliação** ou **modernização parcial**.

PRODUÇÃO EFETIVA DOS ÚLTIMOS 4 ANOS (ano atual – 3)

1. Atividade objeto do incentivo				
2. Descrição do Produto / Serviço				
3. Unidade de medida (a unidade é única por produto / serviço)				
4. Capacidade Real Instalada <u>Atual</u>	Capacidade mensal		Capacidade Anual	
5. Capacidade Real Instalada <u>Anterior</u>	Capacidade mensal		Capacidade Anual	
6. Aumento da Capacidade Instalada (%)				
MÊS	2013	2012	2011	2010
JANEIRO				
FEVEREIRO				
MARÇO				
ABRIL				
MAIO				
JUNHO				
JULHO				
AGOSTO				
SETEMBRO				
OUTUBRO				
NOVEMBRO				
DEZEMBRO				

Nota-1: informar os valores da produção em **números inteiros**. Utilize a unidade de medida mais adequada, de modo a evitar números fracionários.

Nota-2: os campos "Capacidade Real Instalada Anterior" e o "Aumento da Capacidade Instalada" são obrigatório apenas para projetos de **ampliação** ou **modernização parcial**.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito **Obtenção de Incentivo Fiscal**

Incentivo Fiscal

Informe incentivo pleiteado (1 ou 2)

1. Redução Fixa de 75% do IRPJ.

2. Isenção do IRPJ (conforme dispõe o artigo 1º-A da MP 2.199-14/2001).

Identificação do Projeto

Informe o tipo de projeto (1, 2, 3, 4 ou 5)

1. Implantação

2. Diversificação

3. Modernização Total

4. Ampliação

5. Modernização Parcial

Valor total de recursos investidos no projeto (R\$)

Vantagens que o benefício fiscal trará ao empreendimento

Informação sobre o mercado de atuação – Descrição sumária do mercado dos principais produtos/serviços da empresa.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Redução Escalonada do IRPJ

Identificação do Projeto | Manutenção do empreendimento na área de atuação da SUDENE

Informações sobre atividades e produtos/serviços desenvolvidos pela unidade objeto do incentivo

ATIVIDADE – Descrição da atividade desenvolvida

	Descrição do Produto / Serviço	Unidade de medida	Capacidade real instalada (anual)	Produção efetiva (anual)
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA.

ATIVIDADE – Descrição da atividade desenvolvida

	Descrição do Produto / Serviço	Unidade de medida	Capacidade real instalada (anual)	Produção efetiva (anual)
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA.

ATIVIDADE – Descrição da atividade desenvolvida

	Descrição do Produto / Serviço	Unidade de medida	Capacidade real instalada (anual)	Produção efetiva (anual)
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Redução Escalonada do IRPJ

Identificação do Projeto | Manutenção do empreendimento na área de atuação da SUDENE

Vantagens que o benefício fiscal trará ao empreendimento

Informação sobre o mercado de atuação – Descrição sumária do mercado dos principais produtos/serviços da empresa.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Reinvestimento de 30% do IRPJ

Identificação do Projeto | Modernização / Complementação de Equipamento

INVESTIMENTOS FIXOS REALIZADOS NO PROJETO

DISCRIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	Qtd.	Unid.	Valor Total (R\$)	Num. Docto. Fiscal	NF ou DI (*)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS FIXOS REALIZADOS

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO. (*) INFORMAR SE O DOCTO. FISCAL É UMA **NF** OU **DI**.

	DOCUMENTO FISCAL		Valor Total da NF/DI (R\$)	CNPJ (somente para fornecedor nacional)	Razão Social do fornecedor e país de origem
	Número da NF/DI	Data			
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO.

INVESTIMENTOS FIXOS A REALIZAR NO PROJETO

DISCRIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	Qtd.	Unid.	Valor Total (R\$)
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS FIXOS A REALIZAR

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Reinvestimento de 30% do IRPJ

Identificação do Projeto | Modernização / Complementação de Equipamento

DETALHAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO BNB

	Ano de Apuração do Lucro Real	Valor do Incentivo Fiscal (30% do IRPJ devido) (a)	Valor da Complementação Legal (50%) (b)	Valor depositado no BNB (a+b)	Data do Depósito
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

VALORES TOTAIS

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO.

DETALHAMENTO DAS OPÇÕES REALIZADAS NA DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA (DIPJ)

	Ano da DIPJ	Ano de Apuração do Lucro Real	Redução por Reinvestimento (30% do IRPJ devido)
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			

VALOR TOTAL “Redução por Reinvestimento”

OBS: O campo “Redução por Reinvestimento” deve ser preenchido com base na informação contida na **Ficha 12A** da **DIPJ**.

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO.

Previsão de uso de parcelas de reinvestimento em exercícios futuros

Quando a parcela de reinvestimento correspondente ao exercício, não for suficiente para a cobertura das inversões programadas, a empresa poderá apresentar projeto com a previsão de utilização de parcelas de reinvestimento em até 03 (três) exercícios futuros. Somente utilize um dos quadros de **FONTES E USOS** apresentados na página 2 deste formulário. Se o Projeto for elaborado com a previsão de utilização de parcelas de reinvestimento de exercícios futuros, utilize o **QUADRO 2**, caso contrário utilize o **QUADRO 1**.

CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal Reinvestimento de 30% do IRPJ

Identificação do Projeto Modernização / Complementação de Equipamento

FONTES E USOS DO PROJETO (QUADRO 1)

FONTES	
A	Recursos do artigo 19 da Lei nº 8.167/91 (a1 + a2)
a1	Valor total da “ Redução por Reinvestimento ” (Formulário 3D)
a2	Valor total da complementação legal (Formulário 3D) = (50% de a1)
B	Recursos próprios dos acionistas/quotistas (C+D-A)
Total Fontes (A+B)	
USOS	
C	Valor Total dos investimentos fixos (realizados + a realizar) (Formulário 3C)
D	Custo de administração do Projeto, 2% sobre (A)
Total Usos (C+D)	

OBS: O Total de Fontes deve ser igual ao Total de Usos

FONTES E USOS DO PROJETO com previsão para exercícios futuros (QUADRO 2)

FONTES	
A	Recursos do artigo 19 da Lei nº 8.167/91 (a1 + a2)
a1	• Valor total da “ Redução por Reinvestimento ” (Formulário 3D)
a2	• Valor total da complementação legal (Formulário 3D) = (50% de a1)
B	Previsão para Exercícios Futuros (Veja como calcular no quadro abaixo)
b1	• Previsão da “Redução por Reinvestimento” (30% do imposto devido)
b2	• Previsão da complementação legal (50% sobre o valor do benefício da redução)
Total Fontes (A+B)	
USOS	
C	Valor total dos investimentos fixos (realizados + a realizar) (Formulário 3C)
D	Custo de administração do Projeto, 2% sobre (A+B)
Total Usos (C+D)	

OBS: O Total de Fontes deve ser igual ao Total de Usos

COMO CALCULAR A PREVISÃO PARA EXERCÍCIOS FUTUROS

Variáveis	Cálculo
A	Recursos do artigo 19 da Lei nº 8.167/91 (a1 + a2)
a1	Valor total da “ Redução por Reinvestimento ” (Formulário 3D)
a2	Valor total da complementação legal (Formulário 3D) = (50% de a1)
C	Valor total dos investimentos fixos (realizados + a realizar) (Formulário 3C)
Incógnitas	
B	Previsão para Exercícios Futuros
b1	Previsão da “Redução por reinvestimento” (30% do imposto devido)
b2	Previsão da complementação legal (50% sobre o valor do benefício da redução)
	B = C / 0,98 – A
	b1 = 2 x B / 3
	b2 = B – b1



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Reinvestimento de 30% do IRPJ

Identificação do Projeto | Modernização / Complementação de Equipamento

Vantagens que o projeto trará ao empreendimento

Informação sobre o Mercado de atuação – Descrição sumária do mercado dos principais produtos/serviços da empresa.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Benefício Fiscal

Amparo Legal | Artigo 31 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005.

Identificação do Benefício Fiscal

Selecione uma ou as duas opções (X)

Depreciação acelerada incentivada

Desconto dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

Vantagens que o benefício fiscal trará ao empreendimento

Informação sobre o mercado de atuação – Descrição sumária do mercado dos principais produtos/serviços da empresa.



CARACTERIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Benefício Fiscal

Amparo Legal | Artigo 4º da Lei 9.808, de 20.07.1999.

Identificação do Benefício Fiscal | Isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM.

Valor total de recursos investidos no projeto (R\$) |

Vantagens que o benefício fiscal trará ao empreendimento

Informação sobre o Mercado de atuação – Descrição sumária do mercado dos principais produtos/serviços da empresa.



DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA PARA PROTOCOLIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal

Informe incentivo pleiteado (1 ou 2)

1. Redução Fixa de 75% do IRPJ.

2. Isenção do IRPJ (conforme dispõe o artigo 1º-A da MP 2.199-14/2001).

Identificação do Projeto

Informe o tipo de projeto (1, 2, 3, 4 ou 5)

1. Implantação

2. Diversificação

3. Modernização Total

4. Ampliação

5. Modernização Parcial

Finalidade da documentação

A documentação, abaixo relacionada, deve representar a documentação básica (mínima) exigida para protocolização e formalização do pleito, de acordo com o Manual de Instruções para Elaboração de Pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE. A empresa requerente está ciente de que a SUDENE procederá a imediata devolução do pleito que tenha sido protocolado com falta ou inconformidade na documentação básica apresentada.

ITEM	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PARA PROTOLOLIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Redução Escalonada do IRPJ

Identificação do Projeto | Manutenção do empreendimento na área de atuação da SUDENE

Finalidade da documentação

A documentação, abaixo relacionada, deve representar a documentação básica (mínima) exigida para protocolização e formalização do pleito, de acordo com o Manual de Instruções para Elaboração de Pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE. A empresa requerente está ciente de que a SUDENE procederá a imediata devolução do pleito que tenha sido protocolado com falta ou inconformidade na documentação básica apresentada.

ITEM	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA PARA PROTOCOLIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Incentivo Fiscal | Reinvestimento de 30% do IRPJ

Identificação do Projeto | Modernização / Complementação de Equipamento

Finalidade da documentação

A documentação, abaixo relacionada, deve representar a documentação básica (mínima) exigida para protocolização e formalização do pleito, de acordo com o Manual de Instruções para Elaboração de Pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE. A empresa requerente está ciente de que a SUDENE procederá a imediata devolução do pleito que tenha sido protocolado com falta ou inconformidade na documentação básica apresentada.

ITEM	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA PARA PROTOCOLIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Amparo Legal | Artigo 31 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005 (Depreciação acelerada incentivada).

Finalidade da documentação

A documentação, abaixo relacionada, deve representar a documentação básica (mínima) exigida para protocolização e formalização do pleito, de acordo com o Manual de Instruções para Elaboração de Pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE. A empresa requerente está ciente de que a SUDENE procederá a imediata devolução do pleito que tenha sido protocolado com falta ou inconformidade na documentação básica apresentada.

ITEM	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA PARA PROTOCOLIZAÇÃO DO PLEITO

Tipo de Pleito | Obtenção de Incentivo Fiscal

Amparo Legal | Artigo 4º da Lei nº 9.808, de 20/07/1999 (Isenção do AFRMM).

Finalidade da documentação

A documentação, abaixo relacionada, deve representar a documentação básica (mínima) exigida para protocolização e formalização do pleito, de acordo com o Manual de Instruções para Elaboração de Pleitos de Incentivos e Benefícios Fiscais administrados pela SUDENE. A empresa requerente está ciente de que a SUDENE procederá a imediata devolução do pleito que tenha sido protocolado com falta ou inconformidade na documentação básica apresentada.

ITEM	DOCUMENTAÇÃO BÁSICA APRESENTADA
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

Benefício Fiscal Reinvestimento de 30% do IRPJ

Identificação do Projeto Modernização / Complementação de Equipamento

Portaria de concessão do benefício **Valor total do projeto R\$**

Data da liberação dos recursos **Valor total liberado R\$**

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS FIXOS REALIZADOS NO PROJETO

DISCRIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	Qtd.	Unid.	Valor Total (R\$)	Num. Docto. Fiscal	NF ou DI (*)
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

VALOR TOTAL DOS INVESTIMENTOS FIXOS REALIZADOS

(*) INFORMAR SE O DOCTO. FISCAL É UMA NOTA FISCAL(NF) OU DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO(DI). SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO. (*) INFORMAR SE O DOCTO. FISCAL É UMA **NF** OU **DI**.

RELAÇÃO DOS DOCTOS FISCAIS PARA EFEITO DE COMPROVAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

	DOCUMENTO FISCAL		CNPJ (somente para fornecedor nacional)	Razão Social do Fornecedor (Pais de origem)
	Número da NF/DI	Data		
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

SE NECESSÁRIO, ACRESCENTE OU RETIRE LINHAS DESTA TABELA. PARA ACRESCENTAR LINHAS BASTA DAR UM **TAB** NA ÚLTIMA CÉLULA. CASO O NÚMERO DE LINHAS NÃO SEJA SUFICIENTE, UTILIZE OUTRO FORMULÁRIO.